

Con. Brasil

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Dançando com números

7 AGO 1994



Quanto são os miseráveis, os famélicos, desnutridos, fracassados terminais?

Entre fevereiro de 1993 e março de 1994, a economia brasileira cresceu cerca de 5,7%, desempenho superior ao de todos os 15 países da OECD. Em comparação com o conjunto de 24 assim chamados mercados emergentes, em que está incluído, o Brasil descolou um oitavo lugar, à frente de papões como Hong-cong, Índia e Filipinas, para não mencionar fatos ou estimativas não muito favoráveis sobre os recém-convertidos bons meninos Argentina, Chile e México. Deu no *The Economist* (semana de 23 a 29 de julho).

Não deixa de ser surpreendente. Atendendo a pedidos do distinto mundo dos negócios, todos os responsáveis pela política econômica do governo desde 1982, inclusive o penúltimo ministro da Fazenda, contribuíram para sistemática queda na taxa de investimento produtivo. Pior: em adesão à crença de que o Estado se converteu no principal obstáculo ao crescimento, operou-se a violenta cirurgia econômica de se reduzir a participação do setor produtivo estatal na composição do investimento global de 20%, em 1981, para 6%, em 1990. No mesmo período, e falhando no cumprimento de róseas promessas, o setor privado evitou se expandir e conquistar espaço, mantendo estagnada sua participação relativa no investimento global, ou seja, diminuindo-a em

termos absolutos. Deu nas contas nacionais do IBGE.

Oscilações internacionais e apetite do empresariado nativo têm-se combinado para impedir que as razoáveis taxas de crescimento divulgadas por *The Economist* se transformem automaticamente em declínio nas desigualdades sociais. Considere-se o que deu no relatório anual (1987) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Entre 1973 e 1979, em 33 países de um conjunto de 41, o crescimento positivo do produto interno bruto per capita foi acompanhado, em 14 deles, de queda absoluta no salário real: três na África, três na Ásia e oito em nossa *Latinoamérica*. Outros 27 membros do conjunto observaram queda relativa no salário real, ou seja, mesmo com crescimento generalizado, aumentou a distância entre ricos e pobres em sete países na África, oito na Ásia e 12 na América Latina. Tomando período mais longo, 1973-1984, o crescimento do produto interno bruto per capita em 29 países ocasionou a queda absoluta de renda real em 11 e relativa em 18. Não acredito que o mercado econômico sozinho, sem ajuda de seus oficiais e pastores, tivesse engenho e arte para desempenho tão desastroso.

É por isso que a *renda per capita* não constitui indicador apropriado da distribuição da riqueza (e da po-

breza) pela população. Por exemplo, deu no relatório de 1993 do Banco Mundial que um país pode ser paupérrimo e ter sua renda mais bem distribuída do que um país mais rico, ou mesmo centenas de vezes mais rico. Veja-se a Etiópia, onde os 10% mais ricos controlavam, em 1982, 27,5% da renda nacional, enquanto outros 10%, agora suíços, se apropriavam de cerca de 30% da renda de seu país. Ou a Polônia, com 21,6% da renda indo para seus 10% de ricos, em contraste com a Austrália, onde algo em torno de 26% da renda é apropriada pelos 10% do topo socioeconômico.

No Brasil, os 10% mais ricos não se contentam com nada menos do que metade da renda nacional. E já que entramos na dança, enquanto 53% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 40% da força de trabalho no campo, ocupam somente 2,7% da área cultivada, 1,2% dos estabelecimentos, utilizando 4,3% do total de trabalhadores, controla 44% da área ocupada. Deu no Censo Agropecuário do IBGE de 1985.

Juntando agora as peças ou os passos: redução de investimento, distribuição desigual do aumento do produto interno, concentração de renda e de propriedade são indicadores de várias coisas, algumas controversas. Mas, sem dúvida, não existem explicações alternativas para uma dessas consequências — a miséria. Eis a parte frenética da dança: quantos são os miseráveis, os famélicos, os desnutridos, os fracassados terminais? Trinta e dois milhões, deu em vários artigos acadêmicos e documentos oficiais. No entanto, só é possível conceber uma

política realística contra a fome se os miseráveis não ultrapassarem 16 milhões, rebatem alguns, sugerindo abatimento de 50% no tamanho do problema. Possivelmente não chegam nem mesmo a tal número, dizem outros, certos de que, com o declínio da inflação, declinam ao mesmo tempo a fome, a perambulação, a insegurança e o tédio. Dançam com números.

Ignoro quantos são, mas o que importa é suspender a dança e agir sobre os mecanismos de sua geração. É fundamental interromper o coito da injustiça com a incompetência e que se esterilize o ventre da miséria. Preliminar: estancar o desperdício de esforços e de talentos na manipulação de aparências monetárias, conceitos e preconceitos.

A agenda política real é velha de duas décadas: distribuição de renda, reforma agrária, política de investimento e de emprego, saúde e educação públicas — políticas capazes de se reforçar e de reproduzir seus próprios recursos. O resto é tergiversação. Se os miseráveis são 32 ou 16 milhões (o dobro da população de Ruanda) serve como tema para seminários, mas não altera os fenômenos nem as prioridades. Os números, como se viu, são quase sempre inconsistentes e, justamente por isso, serviços de quem pode manipulá-los e divulgá-los compulsoriamente. Basta de terror monetário ou os fome-mensores terminarão dançando com fantasmas e sombras.

■ Wanderley Guilherme dos Santos é cientista político e professor titular de Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)